

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho

A Juventude Nacional do Partido Verde do Brasil, reunida no Encontro Nacional de Juventude do PV, realizado nos dias 27, 28 e 29 de Maio de 2016, na cidade de Brumadinho- Minas Gerais vem, através desta carta, contribuir com a pauta ambiental e expressar nossas prioridades enquanto juventude ambientalista.

Vossa atuação soma hoje uma importância ímpar no compromisso com pautas históricas de nosso partido e solicitamos apoio aos seguintes debates:

1. Somos contra a PEC 65 e o PL 1013/2011 (produção e comercialização de veículos leves movidos a diesel)

Considerando a maior crime ambiental da historia recente do Brasil na cidade de Mariana e seus desdobramentos; Considerando a estrutura precária de fiscalização de barragens brasileiras que possuímos atualmente; Considerando a necessidade urgente de proteger os patrimônios ambientais brasileiros; Considerando o respeito com a escuta das comunidades indígenas, ribeirinhas e de povos tradicionais; Considerando as brechas que a PEC 65 abre para que mais catastrofes socioambientais acontecam no Brasil; Considerando que os motores a diesel são os principais emissores de partículas finas de oxido de nitrogênio, muito prejudiciais a saúde; Considerando que o Brasil é signatário do acordo de Paris e assumiu compromissos com a economia de baixo carbono, mitigação de impactos e reduzir suas emissões de gases de efeito estufa; Apoiamos a manutenção da suspensão de funcionamento da Samarco ate que os reparos socioambientais sejam devidamente feitos; Recomendamos que o congresso brasileiro não aprove a Proposta de Emenda Constitucional n. 65, que versa sobre alteração do processo de licenciamento ambiental, e; Recomendamos que também não se aprove o Projeto de Lei 1013/2011 que versa sobre a produção e comercialização de veículos leves movidos a diesel.

2. Combate às mudanças climáticas - COP21

Considerando a urgência da pauta de combate as mudanças climáticas; Considerando o Brasil, um país tropical, que essencialmente teria suas estações do ano definidas; Considerando a crise hídrica no Brasil; Considerando que de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização Mundial da Saúde, a degradação ambiental e a poluição matam 234 vezes mais que os conflitos globais; Considerando que o Brasil é um dos signatários da Plataforma de Doha na COP18 e assumiu, entre outras coisas, o compromisso de apontar um ponto focal de implementação do artigo 6 da UNFCCC que trata sobre processos de educação, treinamento, participação publica, conscientização pública, acesso à informação e cooperação internacional; Considerando a importância estratégica das juventudes na implementação de iniciativas de mitigação, adaptação e o reconhecimento do seu envolvimento em iniciativas de educação informal e de participação política;

Recomendamos a ratificação do acordo ainda este ano e; Solicitamos ajuda e nos colocamos à disposição para construir o plano de trabalho da implementação do artigo 6 da Plataforma de Doha no Brasil;

3. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS

Solicitamos a criação e apoio à Comissão Nacional de Implementação dos ODS e que seja garantido a participação das juventudes nos espaços de debate; Repudiamos o processo de construção de Polos Olímpicos, nas Olimpíadas Rio 2016, devido as desocupações ilegais e todos crimes ambientais cometidos para a realização deste evento no Brasil, e o nulo compromisso de compensação ambiental para reparar os danos causados. Por isso, solicitamos que haja punição pública ao Comitê Olímpico.

Que haja um compromisso com o Desmatamento ZERO da Amazônia, e Biodiversidades Brasileiras, considerando que o desmatamento da Amazônia voltou a crescer no Brasil;

Considerando que é inaceitável o desmatamento ilegal até 2030, conforme compromisso assumido pelo Brasil em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (*iNDC, em inglês*), Considerando a urgência em salvaguardar nossa biodiversidade; Considerando a importância das florestas no processo hídrico da região e sua relação direta com as chuvas em outras partes do país; Considerando que o Bioma Cerrado é o segundo maior do país ocupando praticamente $\frac{1}{4}$ do território nacional; que possui a flora mais diversa de todas as savanas do mundo com altíssimo nível de endemismo, fazendo dele um dos 34 *hotspots* do planeta, pela *Conservation International*; que nele se encontram as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata); Considerando que, depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o Bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana tendo 45% de sua área já convertida em pastagens cultivadas e lavouras diversas; que é também o Bioma que possui a menor porcentagem de áreas sobre proteção integral com somente 8,21% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação; desse total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo RPPNs (0,07%). Recomendamos que o Brasil assuma o compromisso de alcançar o desmatamento zero por meio de lei aprovada no congresso nacional. Recomendamos um contato direto com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, para cobrar a compensação ambiental dos danos das obras do Rodoanel. Recomendamos que o Cerrado e a Caatinga, patrimônios nacionais brasileiros, tenham atenção especial do Ministério visto que são biomas mais difíceis de serem recuperados e que, no caso do Cerrado, tem sido extremamente explorado pelo agronegócio. Recomendamos que novas unidades de conservação representativas do Cerrado e Caatinga sejam criadas ao longo de toda sua extensão, principalmente em suas fronteiras agrícolas, assim como o aumento territorial das UCs já existentes. Recomendamos a priorização da reserva da biosfera e a proibição total do desmatamento em ARIEs. Recomendamos a garantia da proteção das nascentes no alto planalto, o “berço das águas”, com ações específicas, como por exemplo, a criação do “Arco das Nascentes”, com a aprovação do projeto de

resolução CONAMA apresentado em 2012 pela sociedade civil e que abrange estudos, projetos e divulgação da temática, inclusive da área de recarga dos aquíferos Guarani, Cristalino, Urucuia, etc, Recomendamos o monitoramento de todos os Biomas brasileiros de perto de forma semelhante ao controle já realizado na Amazônia, assim como pelo fortalecimento dos processos de gestão ambiental específico para cada um. Recomendamos que o SISNAMA deve ser revitalizado e fortalecido na integração da gestão ambiental das três esferas administrativas de governo (federal, estadual e municipal). Recomendamos que o Cerrado e a Caatinga precisam ser valorizados “em pé”, pela sua produção alimentícia, medicinal e ornamentaria, com foco no Agro extrativismo e na pequena produção familiar.

4. Energia limpa e renovável

Considerando o potencial energético do país para a produção de energia eólica e solar; Considerando as altas emissões de gases de efeito estufa da produção de energia via plantas térmicas; Considerando os altos impactos socioambientais das hidroelétricas; Repudiando os atropelos na relação com comunidades indígenas e ribeirinhas; Recomendamos que o Brasil aumente a porcentagem de produção de energia eólica na sua matriz energética; Recomendamos que o país facilite e incentive a instalação de energia solar para consumidores finais via legislação própria e incentivos fiscais, através de criação de leis para estes fins;

5. Direito ao Desenvolvimento Sustentável

Considerando a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, e sua seção X, “Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente”, a Juventude do Partido Verde se disponibiliza para ajudar voluntariamente a planejar e executar políticas que garantam o acesso ao direito ao desenvolvimento sustentável em níveis estaduais e municipais;

6. Demarcações de terras indígenas e povos tradicionais

Reconhecemos estes povos como guardiões das florestas e solicitamos demarcações (plurais, democráticas e ampliadas) como estratégicas e necessárias para as preservações das florestas; Pela memória destes povos, as Juventudes Indígenas e de povos tradicionais merecem uma atenção especial e políticas públicas específicas;

7. Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente

Considerando a urgência de implementação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, solicitamos a participação efetiva da JPV, enquanto juventude ambientalista, na implementação do plano no país.

Brumadinho, 29 de Maio de 2016

Juventude Nacional do Partido Verde do Brasil
Secretaria Nacional de Juventude do PV